


**POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUDE E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: A  
EXPERIÊNCIA DA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA DE MATO GROSSO**

**PUBLIC POLICIES, YOUTH AND SOCIO-EDUCATIONAL SYSTEM: THE EXPERIENCE  
OF THE THEMATIC SECTORIAL CHAMBER OF MATO GROSSO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS, JUVENTUD Y SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: LA  
EXPERIENCIA DE LA CÂMARA SECTORIAL TEMÁTICA DE MATO GROSSO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-280>

**Data de submissão:** 24/05/2025

**Data de publicação:** 24/06/2025

**Raul Angel Carlos Olivera**

Doutor em Educação

Universidade do Estado de Mato Grosso

E-mail: [raulcarlos@unemat.br](mailto:raulcarlos@unemat.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7429617291839754>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0802-9727>

**Daniel Almeida Brito**

Especialista em Administração de Banco de Dados

Universidade do Estado de Mato Grosso

E-mail: [Daniel.brito@unemat.br](mailto:Daniel.brito@unemat.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6314932314637868>

**Vanusa Batista Pereira**

Doutora em Ciências Contábeis

Universidade do Estado de Mato Grosso

E-mail: [vanusa.batista.pereira@unemat.br](mailto:vanusa.batista.pereira@unemat.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6469750447186782>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1396-1033>

**Cesar David Mendo**

Doutor em Ciência Política

Universidade do Estado de Mato Grosso

E-mail: [cesadavid@unemat.br](mailto:cesadavid@unemat.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1524993279747313>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5100-5872>

**Cristina Teodoro de Melo Mendo**

Doutora em Ciências

Universidade do Estado de Mato Grosso

E-mail: [cristina.teodoro@unemat.br](mailto:cristina.teodoro@unemat.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6838244404459133>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7264-0483>

**Rose Kelly dos Santos Martínez Fernandez**

Doutora em Linguística

Universidade do Estado de Mato Grosso

E-mail: [rosekelly@unemat.br](mailto:rosekelly@unemat.br)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6721608534217895>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3997-610X>

**José Renato de Oliveira Silva**

Doutor em Linguística

Universidade do Estado de Mato Grosso

E-mail: [zerenato@unemat.br](mailto:zerenato@unemat.br)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9136240135574398>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3099-5163>

**Evelin Mara Cáceres Dan**

Doutora em Ciências Jurídicas e Ciências Sociais

Universidade do Estado de Mato Grosso

E-mail: [evelindan@unemat.br](mailto:evelindan@unemat.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2220284399580848>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9960-6325>

---

**RESUMO**

O Observatório Econômico parte de uma concepção freiriana de extensão universitária. Nesse contexto, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, foi idealizada a institucionalização da Câmara Setorial Temática (CST): “O Sistema Carcerário no Estado de Mato Grosso: Aspectos Socioeconômicos e Institucionais da Violência e Criminalidade”, composta por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e de organizações não governamentais. Este artigo apresenta o percurso, o processo e os resultados alcançados pela CST, que adotou a metodologia Brainstorming (tempestade de ideias) para incentivar os representantes da Rede de Proteção Integral ao Adolescente a contribuírem com ideias, a fim de gerar uma lista ampla de problemas e soluções potenciais. Como resultado, foram propostas políticas intersetoriais de atendimento ao adolescente em conflito com a lei e elaborado um diagnóstico das ações de esporte e lazer desenvolvidas pelas instituições. Os achados indicaram diversas necessidades e dificuldades enfrentadas pelos agentes públicos no trato com adolescentes. Enfatizou-se a importância do esporte e do lazer como práticas educativas no processo formativo e a necessidade de articulação de políticas específicas voltadas a esse público. Defendeu-se, ainda, que tais políticas devem contemplar todas as diferenças sociais, não apenas adolescentes privados de liberdade, mas também outros grupos historicamente invisibilizados pelo poder público.

**Palavras-chave:** Sistema Prisional. Adolescência. Políticas Públicas. Justiça. Educação.

**ABSTRACT**

The Economic Observatory is based on a Freirean concept of university extension. In this context, in partnership with the Legislative Assembly of the State of Mato Grosso, the institutionalization of the Thematic Sector Chamber (CST) was conceived: “The Prison System in the State of Mato Grosso: Socioeconomic and Institutional Aspects of Violence and Criminality”, composed of representatives of the Executive, Legislative, and Judicial branches, as well as non-governmental organizations. This article presents the trajectory, process, and results achieved by the CST, which adopted the

Brainstorming methodology to encourage representatives of the Comprehensive Protection Network for Adolescents to contribute ideas in order to generate a broad list of problems and potential solutions. As a result, intersectoral policies for serving adolescents in conflict with the law were proposed and a diagnosis of the sports and leisure activities developed by the institutions was prepared. The findings indicated several needs and difficulties faced by public agents in dealing with adolescents. The importance of sports and leisure as educational practices in the formative process and the need to articulate specific policies aimed at this group were emphasized. It was also argued that such policies should take into account all social differences, not only adolescents deprived of liberty, but also other groups historically made invisible by the government.

**Keywords:** Prison System. Adolescence. Public Policies. Justice. Education.

### **RESUMEN**

El Observatorio Económico se basa en el concepto freireano de extensión universitaria. En este contexto, en colaboración con la Asamblea Legislativa del Estado de Mato Grosso, se concibió la institucionalización de la Cámara Sectorial Temática (CST): “El Sistema Penitenciario en el Estado de Mato Grosso: Aspectos Socioeconómicos e Institucionales de la Violencia y la Criminalidad”, integrada por representantes de los poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial, así como de organizaciones no gubernamentales. Este artículo presenta la trayectoria, el proceso y los resultados alcanzados por la CST, que adoptó la metodología de lluvia de ideas para incentivar a los representantes de la Red de Protección Integral a Adolescentes a aportar ideas para generar una amplia lista de problemas y posibles soluciones. Como resultado, se propusieron políticas intersectoriales para la atención a adolescentes en conflicto con la ley y se elaboró un diagnóstico de las actividades deportivas y de ocio desarrolladas por las instituciones. Los hallazgos indicaron diversas necesidades y dificultades que enfrentan los agentes públicos en la atención a los adolescentes. Se enfatizó la importancia del deporte y el ocio como prácticas educativas en el proceso formativo y la necesidad de articular políticas específicas dirigidas a este grupo. También se argumentó que dichas políticas deben considerar todas las diferencias sociales, no solo a los adolescentes privados de libertad, sino también a otros grupos históricamente invisibilizados por el gobierno.

**Palabras clave:** Sistema Penitenciario. Adolescencia. Políticas Públicas. Justicia. Educación.

## 1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão Observatório Econômico tem como fundamento uma concepção freiriana de extensão universitária, concebendo-a como prática social transformadora (Freire, 1977). Nessa perspectiva, a extensão universitária promove a emergência de propostas pedagógicas inovadoras, ao passo que o conhecimento produzido fora dos limites estritamente acadêmicos adquire valor singular por seu vínculo direto com as realidades sociais (Vasconcellos, 2011; Jenize, 2002).

Idealizado para interpretar os fenômenos sociais a partir da análise econômica, o Observatório busca compreender de que maneira as instituições e os contornos políticos se moldam sob as dinâmicas de mercado. Assim, contribui para o fortalecimento do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, estendendo a atuação universitária para além dos muros da academia. Tal movimento exige, como propõe Jenize (2004), superar a fragmentação curricular e a racionalidade técnica, promovendo uma formação humanizada e integrada. Como reforça Gadotti (2017), a vivência concreta das realidades sociais - nas periferias, escolas, prisões e hospitais - constitui-se como elemento essencial para a formação cidadã e crítica do estudante universitário.

Nessa linha, em articulação com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT), foi proposta a institucionalização da Câmara Setorial Temática (CST) “O Sistema Carcerário no Estado de Mato Grosso: Aspectos Socioeconômicos e Institucionais da Violência e Criminalidade”, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento do processo legislativo por meio da integração de representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de membros da sociedade civil organizada. Criada pela Lei Ordinária nº 10.825/2019 e instalada oficialmente por meio do Ato nº 052/2019, a CST foi estruturada para diagnosticar, analisar e sugerir soluções para temas sensíveis à realidade estadual, com ênfase nas questões ligadas à segurança pública, violência, criminalidade e direitos humanos (Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 2019a, 2019b).

A atuação da CST teve início reunindo pesquisadores, técnicos da Secretaria de Segurança Pública e profissionais de outras instituições públicas, com o intuito de fomentar o diálogo interinstitucional e produzir diagnósticos e propostas sobre o sistema carcerário e suas interfaces com o desenvolvimento social. A temática prioritária debatida foi a situação dos adolescentes em conflito com a lei, conforme previsto no artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/1990, que define como adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos, com extensão excepcional até os vinte e um anos (Brasil, 1990).

A primeira reunião da CST contou com a participação virtual de integrantes da Rede de Proteção Integral ao Adolescente em Mato Grosso. Os principais objetivos desse encontro foram: propor políticas públicas intersetoriais voltadas ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei;

estabelecer espaços de diálogo entre as instituições que compõem a rede de proteção; diagnosticar as ações de esporte e lazer já implementadas; e mapear os fatores de risco que permeiam as trajetórias desses jovens (Oliveira; Oliveira, 2019; Oliveira, 2020b).

Na segunda reunião, discutiu-se o processo de resgate de adolescentes em privação de liberdade. Nesse contexto, foi apresentado o “Projeto Lendo o Mundo”, iniciativa de fomento à leitura em ambientes socioeducativos, desenvolvida em parceria com o Sistema de Justiça, o Sistema Socioeducativo e a Pastoral Carcerária. O projeto conta com o apoio do Observatório do Livro, com acesso a bibliotecas virtuais e capacitação de monitores atuantes nos Centros de Atendimento Socioeducativo. Inicialmente, as ações foram direcionadas aos centros de internação masculinos localizados em Cuiabá e Cáceres, sob coordenação do professor Juliano Alves.

A participação da Pastoral Carcerária da Regional Oeste, em articulação com a Associação Auxílio, a Defensoria Pública e o setor jurídico da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, destacou a lacuna representada pela ausência de uma Pastoral do Menor no estado, o que tem demandado da Pastoral Carcerária a atuação também junto aos adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Percebe-se, diante desse cenário, a necessidade urgente de garantir que jovens privados de liberdade tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais daqueles em liberdade, assegurando-lhes os direitos fundamentais previstos em lei. Seja de forma presencial ou remota, por meio de plataformas digitais, é imprescindível que as atividades socioeducativas sejam acessíveis e equitativas.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), em parceria com o Núcleo de Pesquisas e Estudos em Práticas Emancipatórias em Linguagem (Nepel/UFMT), tem buscado contribuir com a reavaliação da leitura como medida socioeducativa, considerando seu potencial emancipatório para os adolescentes inseridos no sistema.

Compreender que esses adolescentes são sujeitos de direitos, conforme a Doutrina da Proteção Integral, implica reconhecê-los como pessoas em desenvolvimento, cuja formação exige vivências significativas e integradas à comunidade. Entre os direitos assegurados, destaca-se a prática de esporte e lazer como estratégia não apenas recreativa, mas educativa, capaz de promover autonomia, socialização e pertencimento.

Portanto, esta introdução busca contextualizar a articulação entre universidade, poder público e sociedade civil no enfrentamento das desigualdades que afetam adolescentes em conflito com a lei. Ao apresentar os primeiros passos da CST, evidencia-se o potencial das ações intersetoriais como mecanismos efetivos de intervenção e transformação social. O presente artigo detalha esse percurso,

seus resultados iniciais e as propostas resultantes da cooperação entre diferentes esferas institucionais, reafirmando o compromisso da extensão universitária com a justiça social e a cidadania.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo fundamentou-se na técnica de *Brainstorming*, também conhecida como "tempestade de ideias". Trata-se de uma abordagem voltada ao estímulo da criatividade, com o objetivo de facilitar a formulação de soluções inovadoras por meio da geração coletiva de ideias. Essa técnica foi empregada durante os encontros promovidos pela Câmara Setorial Temática (CST), com o intuito de incentivar a participação ativa dos representantes da Rede de Proteção Integral ao Adolescente no Estado de Mato Grosso.

A aplicação do *Brainstorming* seguiu sua lógica original: criar um ambiente livre de críticas iniciais, no qual os participantes pudessem manifestar suas percepções e proposições com espontaneidade. Com isso, buscou-se construir uma lista ampla de problemas identificados nas instituições e possíveis alternativas de enfrentamento, especialmente relacionadas às políticas intersetoriais voltadas a adolescentes em conflito com a lei.

Essas contribuições ocorreram por meio de rodas de conversa, nas quais os representantes das diversas instituições que integram a Rede de Proteção expuseram suas necessidades operacionais, as ações atualmente desenvolvidas e as perspectivas para futuras articulações. Dentre os eixos debatidos, destacaram-se as iniciativas nas áreas de esporte e lazer, consideradas como estratégias educativas fundamentais no processo de ressocialização e desenvolvimento dos adolescentes atendidos.

O processo metodológico descrito insere-se no campo da inovação social, compreendida como o esforço coletivo de mobilizar conhecimentos e experiências para responder de forma eficaz a desafios complexos da sociedade. A proposta baseou-se na premissa de que a construção participativa — tanto em nível institucional quanto comunitário — favorece soluções mais duradouras e adequadas às realidades locais. A interação entre os atores envolvidos promoveu um espaço de cooperação ativa, em que o saber acadêmico e o saber prático se entrelaçaram na busca por transformações significativas.

Com o objetivo de assegurar a fidedignidade dos registros, todos os encontros foram gravados e as respectivas atas disponibilizadas publicamente. Esse material subsidiou a elaboração do relatório final da CST, o qual sistematizou os principais apontamentos, propostas e encaminhamentos formulados ao longo das discussões.

### **3 RESULTADOS**

A partir da intervenção realizada junto à Rede de Proteção Integral ao Adolescente, observou-se o início de um processo de articulação de políticas intersetoriais voltadas às práticas de esporte e lazer. Essas ações visam criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento positivo de adolescentes em conflito com a lei, configurando-se como elementos de proteção social frente ao cometimento de atos infracionais (Oliveira, 2020a; Oliveira, 2020).

Durante os encontros, foi evidenciada a necessidade de ampliar o acesso às atividades externas para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, com o intuito de diversificar as experiências corporais e oferecer alternativas educativas. Também foram relatadas dificuldades recorrentes na inserção dos adolescentes em escolas, cursos profissionalizantes e programas culturais e esportivos, em virtude da resistência de algumas instituições em aceitá-los. Como medida, sugeriu-se o encaminhamento formal dessas demandas ao Ministério Público, para assegurar o cumprimento dos direitos previstos em lei.

As rodas de conversa destacaram a importância do papel da escola no processo de socioeducação, ressaltando sua responsabilidade em garantir a escolarização durante o cumprimento da medida e o suporte necessário para a continuidade dos estudos após a reintegração. Foram registradas proposições no sentido de ampliar a concepção de ludicidade, reforçando o esporte e o lazer como componentes pedagógicos essenciais na formação integral dos adolescentes.

Além disso, foi proposto que as políticas públicas para esse público não se restrinjam àqueles em privação de liberdade, mas que sejam pensadas de modo a atender também adolescentes em meio aberto e outros grupos vulneráveis historicamente invisibilizados, como a população negra, LGBTQI+, refugiados e idosos. Também se apontou para a urgência da descentralização da oferta de equipamentos e espaços de lazer, especialmente nas regiões periféricas, com a devida programação e gestão comunitária, a fim de evitar a ociosidade e a deprecação dos espaços.

### **4 DISCUSSÃO**

Os dados obtidos nos encontros da CST revelam não apenas as lacunas institucionais na garantia dos direitos de adolescentes em situação de vulnerabilidade, mas também a potência da escuta coletiva como mecanismo de formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

A demanda por ampliar práticas corporais e atividades de lazer no contexto socioeducativo dialoga com a legislação vigente e com o entendimento contemporâneo de que o direito à cultura, ao esporte e à educação não deve ser interrompido em razão da privação de liberdade. Tal compreensão



reforça a importância de políticas integradas que reconheçam a singularidade dos sujeitos e atuem de forma articulada entre os diversos setores da administração pública.

As falas dos representantes apontam para a urgência de reconfigurar o olhar sobre o adolescente em conflito com a lei, combatendo estigmas históricos e promovendo a inclusão ativa desses jovens nos espaços sociais. A ênfase em descentralizar a oferta de políticas para as periferias urbanas, bem como em construir uma concepção ampliada de ludicidade, evidencia a necessidade de repensar os modos como o estado distribui seus recursos e reconhece seus sujeitos.

Além disso, ao sugerir que o Ministério Público seja acionado para garantir a efetivação dos direitos, os participantes reafirmam a importância do controle social e da responsabilização institucional como parte do processo democrático. Trata-se, assim, de uma experiência que evidencia o potencial transformador das práticas intersetoriais, baseadas na escuta, no diálogo e na construção coletiva de soluções.

## 5 CONCLUSÃO

A experiência da realização do projeto Observatório Econômico, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT), que resultou na institucionalização da Câmara Setorial Temática (CST), mostrou-se extremamente enriquecedora do ponto de vista acadêmico, político e social. A atuação direta em temáticas complexas e contemporâneas, como o sistema carcerário e os direitos dos adolescentes em conflito com a lei, proporcionou aos estudantes e docentes envolvidos um contato profundo com a realidade social, promovendo a ampliação de seus horizontes formativos e o fortalecimento do compromisso cidadão.

Ao longo das atividades desenvolvidas, ficou evidente que o processo de reinserção social de muitos adolescentes em conflito com a lei, na verdade, se configura como um processo inaugural de inserção. Muitos desses jovens jamais tiveram acesso efetivo às garantias básicas de cidadania, como educação, cultura, lazer e convivência comunitária. Dessa forma, a ação da CST revelou que o enfrentamento da crise do encarceramento — que ultrapassa fronteiras nacionais e se expressa como um fenômeno global — exige políticas públicas articuladas, abrangentes e duradouras, voltadas não apenas aos que estão privados de liberdade, mas também aos egressos e àqueles em situação de vulnerabilidade permanente.

A metodologia participativa adotada nos encontros da CST demonstrou o potencial transformador da escuta coletiva e do diálogo interinstitucional. As propostas de políticas intersetoriais construídas a partir da técnica do *Brainstorming* evidenciaram a capacidade das instituições públicas



de atuarem de forma cooperativa, compartilhando responsabilidades e formulando estratégias conjuntas voltadas à proteção integral de adolescentes.

Além disso, a análise dos resultados apontou a importância de reconhecer o esporte e o lazer como direitos e ferramentas educativas, capazes de contribuir para o fortalecimento da identidade, da autoestima e do pertencimento dos adolescentes. Também ficou claro que o enfrentamento das desigualdades requer o reconhecimento da diversidade e a inclusão de grupos historicamente invisibilizados, como a população negra, LGBTQI+, refugiados e moradores de periferias.

Conclui-se, portanto, que experiências como a desenvolvida pela CST fortalecem a interface entre universidade, poder público e sociedade civil, constituindo-se em espaços concretos de produção de conhecimento, transformação social e formação cidadã. O Observatório Econômico, ao aliar extensão e compromisso público, reafirma a universidade como agente ativo na construção de políticas mais justas, humanizadas e integradas às realidades do território em que atua.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos de forma ampla a todas as instituições, equipes e colaboradores que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho. As contribuições técnicas, acadêmicas e humanas foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão ao deputado estadual Sebastião Rezende, requerente da Câmara Setorial Temática “O Sistema Carcerário no Estado de Mato Grosso: Aspectos Socioeconômicos e Institucionais da Violência e Criminalidade”, pelo apoio a esta iniciativa, pois a sua participação foi fundamental para mobilizar o Plenário da ALMT para a aprovação da CST.

## REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Ato nº 052, de 6 de setembro de 2019. Institui a Câmara Setorial Temática sobre o sistema carcerário no Estado de Mato Grosso. Cuiabá, MT: ALMT, 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Lei Ordinária nº 10.825, de 5 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre a criação da Câmara Setorial Temática no âmbito da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Cuiabá, MT: ALMT, 5 fev. 2019. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-10825-2019-mato-grosso-dispoe-sobre-a-camara-setorial-tematica-no-ambito-da-assembleia-legislativa-de-mato-grosso>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

FREIRE, Paulo. Extensão e comunicação? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. Instituto Paulo Freire, 2017, 15.1 -18: 1. Disponível em [https://www2.unifap.br/prosear/files/2023/06/arq20230615\\_Extensao\\_UniversitMoacirGadotti\\_fev2017.pdf](https://www2.unifap.br/prosear/files/2023/06/arq20230615_Extensao_UniversitMoacirGadotti_fev2017.pdf) Acesso em 21 de março de 2024.

JENIZE, Edineide Mesquita. Universidade e saber popular: o sonho possível. João Pessoa: Autores Associados/ Edições CCHLA: UFPB, 2002.

JENIZE, Edineide. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 2004. p. 1-6.

OLIVEIRA, Raul Angel Carlos; OLIVEIRA, Ueliton Peres de. Modelo simples de crime racional: Modelagem econométrica do perfil socioeconômico de adolescentes em conflito com a lei. In: Maria Nilvane Fernandes; Ricardo Peres da Costa. (Org.). Socioeducação no Brasil: Intersetorialidade, desafios e referências para o atendimento. 1a.ed. Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2019, v. 4, p. 214-232.

OLIVEIRA, Ueliton Peres de. et al. O esporte e o lazer em contextos de medidas socioeducativas no Brasil: panorama e análise da produção científica. Licere, out./nov. 2020a. No prelo.

OLIVEIRA, Ueliton Peres de. et al. Esporte e lazer no plano individual de atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Movimento, n. 26, p. e26054, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/101588/57849>. Acesso em: 01 ago. 2020.

OLIVEIRA, Ueliton Peres de. et al. Adolescentes e conduta infracional: espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer. Movimento, jan./dez. 2020b. No prelo.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação Popular na Universidade. In. VASCONCELOS, Eymard Mourão; CRUZ Pedro José Santos Carneiro. (Org.). Educação Popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. São Paulo, SP: HUCITEC Editora. 2011. pp. 15 – 23.